



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639133 - SC (2021/0004824-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DANIEL DEGGAU BASTOS - SC030139
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JOAO CARLOS DOS SANTOS ROSSATO JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAO CARLOS DOS SANTOS ROSSATO JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0005789-38.2018.8.24.0023/SC).

O paciente foi condenado pelo Tribunal de Justiça, ao dar provimento ao recurso da acusação, à reprimenda de 4 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado, em razão do crime previsto no art. 33 da Lei 11.343/2006.

A impetrante sustenta que "a despeito da possibilidade da fixação do regime semiaberto, em vista do preenchimento de todos os requisitos necessários para tanto, optou pelo regime inicial fechado ao Paciente sem sequer fundamentar validamente essa manutenção" (fl. 5).

Alega que, "apesar de o Paciente ser primário e a pena ter sido estabelecida em patamar não superior a 8 anos (4 anos e 2 meses de reclusão), foi fixado o regime inicial fechado baseado na quantidade de drogas, que não foi valorada negativamente na primeira fase dosimétrica" (fl. 6).

Requer, liminarmente, a concessão "da ordem de *habeas corpus*, reconhecendo-se as ilegalidades demonstradas, para suspender os efeitos da condenação em relação ao excesso apontado, até julgamento final do *writ*" e, no mérito, DECLARE-SE a ilegalidade ocorrida, para fixar o regime inicial semiaberto" (fl. 8).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto, conforme consignado pelo tribunal de origem (fls. 170-172):

Na terceira fase, inexistem causas especiais de aumento de pena. Porém, fica mantida a redução adequada do § 4º do art. 33 da Lei de Tóxicos, ou seja, na diminuição na fração de 1/6 (um sexto), conforme anteriormente decidido no acórdão (evento 153), pois analisando-se o processado, verifica-se que foram apreendidos em poder do acusado, conforme atestou o laudo pericial (evento 48), a expressiva quantidade de 273,4 g (duzentos e setenta e três gramas e quatro decigramas) de cocaína, cujos malefícios aos usuários são fartamente conhecidos e 127,4 g (cento e vinte e sete gramas e quatro decigramas) de maconha. Portanto, fixa-se a reprimenda do acusado, em definitivo, em 4 (quatro) anos e 2 (dois) meses de reclusão e pagamento de 417 (quatrocentos e dezessete) dias-multa.

Quanto ao regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade para o fechado, a pena restou fixada acima dos quatro anos o que impede a fixação do regime aberto, anteriormente aplicado na sentença para o início de cumprimento da pena (art. 33, § 2º, "c", do Código Penal).

Todavia, em que pese o montante das penas permita a aplicação de regime mais brando, sigo a trilha da jurisprudência que, de forma cautelosa, entende que essa possibilidade deve ser verificada diante das circunstâncias do caso concreto, à luz do disposto no artigo 33, § 3º, do Código Penal e do artigo 42 da Lei n. 11.343/06.

[...]

No caso em comento, a natureza e a quantidade de entorpecentes apreendidos por si só, já confere ao delito uma gravidade concreta o que seria suficiente para a aplicação do regime fechado para o início do resgate da reprimenda.

De fato, foram apreendidos 273,4 g (duzentos e setenta e três gramas e quatro decigramas) de cocaína, cujos malefícios aos usuários são fartamente conhecidos e 127,4 g (cento e vinte e sete gramas e quatro decigramas) de maconha.

[..]

Portanto, pode-se concluir que somente através do regime fechado que o acusado poderá se manter longe da rede nefasta que é o narcotráfico, haja vista que é cediço que seus integrantes dificilmente conseguem romper imediatamente os laços que possuem com tal atividade.

Assim diante de tais características do caso em comento, não se mostra socialmente recomendável a fixação de regime inicial mais brando, devendo ser fechado o regime inicial fechado para o acusado João Carlos dos Santos Rossato Junior.

Por fim, a cassação da substituição das reprimendas carcerárias por restritivas de direitos, se faz necessária posto que, a pena ajustada supera o patamar máximo de quatro anos estabelecido pelo art. 44, inciso I do Código Penal.

Logo, afasta-se a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Considerando, também, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente